



Independent member
Morison Global

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E
2020 ACOMPANHADAS DO
RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE**

**SOCIEDADE BENEFICENTE
SÃO CAMILO
Mantenedora do
HOSPITAL REGIONAL DO
VALE PARAÍBA**

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

À
SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO
Mantenedora do
HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA
Taubaté - SP

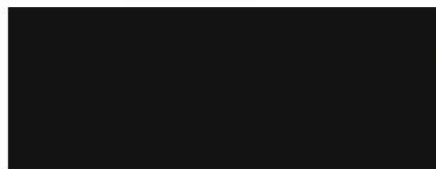
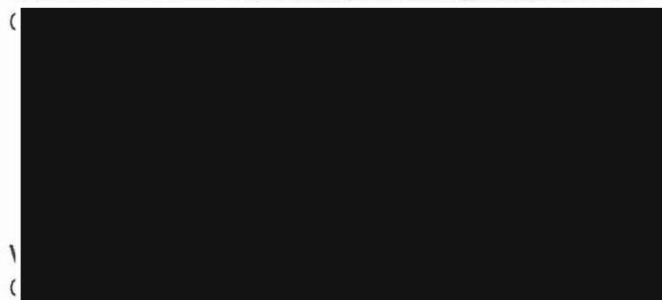
Prezados Senhores

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.Sas. as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA**, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES



SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO
Mantenedora do
HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2021 e 2020
Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Índice

	Páginas
Relatório do Auditor Independente	2
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial Ativo e Passivo	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO
mantenedora do
HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA
Taubaté – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** referente ao convênio para gestão do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** referente ao convênio para gestão do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBCTG 1000), e a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde – CEBAS, mas o processo de renovação do CEBAS está em curso no Ministério da Saúde, com nº 25000.178642/2015-39 e nº 25000.023037/2020-99. As demonstrações financeiras não refletem nenhum ajuste exigido caso não seja renovado referido certificado. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Leitura das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o **HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA** não possui personalidade jurídica própria, visto que a **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO** é a responsável pela operacionalização, administração e execução das atividades e dos serviços de saúde da entidade. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente São Camilo.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade e do contrato de gestão continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de janeiro de 2022.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES

[Redacted signature]

[Redacted signature]

HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA							
(Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo)							
CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45							
BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)							
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Circulante	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	2.2 (a) /3	10.504.594,07	8.985.981,81	Fornecedores	2.2 (c) /8	10.265.652,04	8.466.978,08
Contas a Receber de Convênios e SUS	2.2 (c) /4	27.531.428,46	14.305.122,50	Obrigações trabalhistas	2.2 (c) /9	10.086.731,47	9.899.640,02
Direitos a Faturar (CPC 47)	2.2 (c) /4	7.174.064,32	4.345.910,32	Obrigações sociais	2.2 (c) /10	898.457,86	891.846,90
Outros Créditos	2.2 (c) /5	498.306,40	553.265,00	Obrigações fiscais	2.2 (c) /11	1.005.156,91	868.016,44
Estoques	2.2 (b) /6	5.298.508,60	4.771.184,17	Outras obrigações	2.2 (c) /12	8.714.115,39	7.581.533,50
Despesas Antecipadas	2.2 (c)	5.639,82	6.599,13				
Total do Ativo Circulante		51.012.541,67	32.968.062,93	Total do Passivo Circulante		30.970.113,67	27.708.014,94
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Contas a Receber	2.2 (c) /4	261.331,61	-	Contas a Pagar		15.497,40	-
Depósitos judiciais	2.2 (c) /4	1.431.410,84	1.525.652,51	Provisões para demandas judiciais	13	8.833.190,12	5.764.061,66
Imobilizado + Intangível				Total do Passivo Não Circulante		8.848.687,52	5.764.061,66
Imobilizado - Gestão Pública	2.2 (e) /7	65.123.552,18	65.336.197,60				
(-) Depreciação Acumulada	2.2 (e) /7	(44.598.553,55)	(41.990.579,39)	Patrimônio Líquido			
Intangível - Gestão Pública	2.2 (e) /7	1.248.837,70	1.177.021,78	Patrimônio Social	2.2 (g)	24.654.640,41	19.674.984,39
(-) Amortização Acumulada	2.2 (e) /7	(1.019.842,01)	(889.638,42)	Resultado do Exercício	2.2 (f)	8.985.836,84	4.979.656,02
Total do Ativo Não Circulante		22.446.736,77	25.158.654,08	Total do Patrimônio Líquido		33.640.477,25	24.654.640,41
Total do Ativo		73.459.278,44	58.126.717,01	Total do Passivo + Patrimônio Líquido		73.459.278,44	58.126.717,01

As notas explicativas fazem parte desta demonstração financeira

HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA			
(Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo)			
CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020			
(Em Reais)			
Receitas - Saúde	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Operacionais			
Receitas - Convênios/Particulares	17	90.665.069,33	57.647.955,66
(-) Glosas - Convênios/Particulares	17	(296.603,31)	(210.808,68)
Receitas Direitas a Faturar (CPC 47)	17	2.828.154,00	4.345.910,32
Receitas - SUS	14	70.314.938,24	64.334.708,49
(-) Glosas - SUS	14	(8.399.765,39)	(5.015.942,98)
Receitas - Convênio Estadual - Secretaria da Saúde	14	64.740.985,00	69.857.748,00
Gratuidades			
Custo Gratuidades Concedidas	14	66.523.016,63	61.648.343,65
(-) Isenção Gratuidades Concedidas	14	(66.523.016,63)	(61.648.343,65)
(=) Receita Operacional Líquida		219.852.777,87	190.959.570,81
Custos - Saúde			
(-) Custo dos Serviços Prestados		(198.833.431,57)	(176.616.532,43)
(-) Isenções das Contribuições Previdenciárias/Sociais			
Custo das Contribuições Previdenciárias	14	16.525.229,31	15.036.417,74
(-) Isenção das Contribuições Previdenciárias	14	(16.525.229,31)	(15.036.417,74)
Custo COFINS	14	9.247.915,47	8.128.510,88
(-) Isenção COFINS	14	(9.247.915,47)	(8.128.510,88)
Custo CSLL	14	808.725,32	448.169,04
(-) Isenção CSLL	14	(808.725,32)	(448.169,04)
(=) Superávit Bruto		21.019.346,30	14.343.038,38
(+/-) Despesas Administrativas			
Custos com Pessoal		(16.548.231,87)	(15.247.878,95)
Serviços de Terceiros		(348.554,17)	(351.557,35)
Materiais Médicos não Reembolsáveis		(255.993,62)	(213.137,87)
Impostos, Taxas e Contribuições		(2.218,16)	(2.352,54)
Gerais		(3.325.837,41)	(3.069.743,22)
(=) Sub-Total		538.511,07	(4.541.631,55)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais			
Receitas com Doações	17	3.315.738,93	5.989.919,79
Receitas Diversas	17	762.561,81	2.103.426,12
Subvenções	16	6.877.050,88	3.787.579,09
Despesas Diversas		(2.816.621,20)	(2.644.814,72)
(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas		8.677.241,49	4.694.478,73
(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas com Saúde			
Receitas Financeiras	17	389.757,35	372.276,14
Despesas Financeira		(81.162,00)	(87.098,85)
(=) Subtotal		308.595,35	285.177,29
(=) Superávit do Exercício	2.2 (f)	8.985.836,84	4.979.656,02
As notas explicativas anexas fazem parte desta demonstração financeira			

HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo) CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em Reais)			
Descrição	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) do Exercício	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2019	21.822.502,58	(2.147.518,19)	19.674.984,39
Incorporação do Resultado anterior ao Patrimônio Social	(2.147.518,19)	2.147.518,19	-
Superávit do Exercício	-	4.979.656,02	4.979.656,02
Saldos em 31/12/2020	19.674.984,39	4.979.656,02	24.654.640,41
Incorporação do Resultado anterior ao Patrimônio Social	4.979.656,02	(4.979.656,02)	-
Superávit do Exercício	-	8.985.836,84	8.985.836,84
Saldos em 31/12/2021	24.654.640,41	8.985.836,84	33.640.477,25

As notas explicativas anexas fazem parte desta demonstração financeira



HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (Convênio entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo) CNPJ/MF: 60.975.737/0072-45 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em Reais)		
	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do Exercício	8.985.836,84	4.979.656,02
Ajustes no resultado para conciliar o caixa:		
Depreciação e amortização	4.060.076,08	3.569.564,52
Baixa Líquida de Imobilizado	32.545,94	23.055,13
(Reversão) Constituição de perdas esperadas de créditos	700.406,53	(49.908,19)
(Reversão)/ Provisão para demandas judiciais	3.069.128,46	(1.477.375,56)
Resultado ajustado	16.847.993,85	7.044.991,92
Aumento ou Redução de ativos e passivos		
Redução / (Aumento) de Contas a Receber e Outros Créditos	(16.961.239,50)	(1.060.570,04)
Redução / (Aumento) de Estoques	(527.324,43)	(1.352.280,59)
Redução / (Aumento) de Despesas Antecipadas	959,31	(48,92)
Redução / (Aumento) de Depósitos Judiciais	94.241,67	(65.263,41)
(Redução) / Aumento de Fornecedores	1.798.673,96	(627.808,07)
(Redução) / Aumento de Obrigações Trabalhistas	187.091,45	1.261.487,84
(Redução) / Aumento de Obrigações Sociais	6.610,96	(7.351,35)
(Redução) / Aumento de Obrigações Tributárias	137.140,47	5.913,83
(Redução) / Aumento de Outras Obrigações	1.148.079,29	(184.397,02)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	2.732.227,03	5.014.674,19
Atividades de investimentos		
(Aquisição do Ativo Imobilizado)	(1.165.586,95)	(4.376.810,78)
(Aquisição do Ativo Intangível)	(48.027,82)	(89.457,44)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(1.213.614,77)	(4.466.268,22)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.518.612,26	548.405,97
Demonstrado como segue:		
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8.985.981,81	8.437.575,84
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	10.504.594,07	8.985.981,81
Variação de Caixa e equivalentes de caixa	1.518.612,26	548.405,97

As notas explicativas anexas fazem parte desta demonstração financeira



**HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAÍBA
ADMINISTRADO PELA
SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO**

(Convênio entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
e a Sociedade Beneficente São Camilo)
C.N.P.J. 60.975.737/0072-45

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em Reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (Matriz)**, mantenedora do **HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA (filial)**, é pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, reconhecida como instituição filantrópica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fundada em 17 de julho de 1923 e registrada no Conselho Nacional do Serviço Social, processo nº 23.065/38, em 02 de novembro de 1938.

A **Sociedade Beneficente São Camilo** tem as seguintes finalidades:

- I. Prestar assistência à saúde a quantos buscarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo, opinião política ou qualquer outra condição, prestando serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor.
- II. Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde, podendo, para tanto, fundar e manter escolas, faculdades e outros cursos e franqueá-los a quem de direito os procurar; podendo oferecer bolsas de estudo e financiar atividades que visem o preparo de recursos humanos na área da saúde.
- III. Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias;
- IV. Prestar serviços de assistência social ao menor, através de creches e maternais.

Este é um hospital geral voltado para a média e alta complexidade, com sede na cidade de Taubaté, tendo como perfil principal o atendimento cirúrgico, contando atualmente com 249 leitos e corpo clínico com 630 médicos cadastrados, o que o torna referência para 39 municípios do Estado de São Paulo.

O Hospital Regional do Vale do Paraíba manteve o convênio SPDOC nº 862257/2020 com prazo de vigência de cinco anos iniciando em 01/07/2020 com aditivos de retificação entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil, requeridas para o período findo em 31 de dezembro de 2021, que consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei Nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os entendimentos da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC ITG 2002 (R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada devido não haver resultados nestas características.

BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos. A elaboração das demonstrações financeiras foi concluída pela administração em 31 de janeiro de 2022.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação das perdas estimadas de créditos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas inicialmente com base no custo histórico.

2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras e em contas de caderneta de poupança mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha.

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor.

As aplicações em contas de caderneta de poupança são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis sem perda do valor.

b) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado e, em geral, compreendem os materiais na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.).

c) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

d) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e neste exercício não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem para serem ajustadas a valor presente.

e) Imobilizado e Intangível

Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação/amortização acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado por bem.

As taxas de depreciação em uso estão apropriadas, em relação aos níveis de utilização dos ativos.

Ressalte-se que todos os bens móveis adquiridos ou através de doações com verbas de investimentos e verbas de recursos próprios, pertencem ao poder público "Governo do Estado de São Paulo".

f) Apuração do resultado do exercício

As receitas, custos e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

g) Patrimônio Líquido

O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de Renda e a Contribuição Social não são devidos em decorrência da imunidade tributária, por tratar-se de Entidade sem fins lucrativos, amparada nos artigos 150, inciso VI, letra "C" e 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa geral – Recurso Próprio - Sem restrição	2.000,00	2.001,80
Contas correntes – Recurso Próprio - Sem restrição	4.894,41	7.504,70
Aplicações financeiras – Recurso Público - Com Restrição	8.330.942,86	2.974.931,00
Aplicações financeiras – Recurso Próprio - Sem Restrição	2.166.756,80	6.001.544,31
	10.504.594,07	8.985.981,81

Os recursos de aplicações financeiras são rentabilizados pelo Fundo de Investimento de Renda Fixa Curto Prazo Automático do Banco do Brasil, que apresentam carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais prefixados ou pós fixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Os títulos componentes da carteira deverão ter prazo máximo a decorrer de 375 (trezentos e setenta e cinco) dias e o prazo médio da carteira deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

4. CRÉDITOS COM PACIENTES E CONVÊNIOS

Ativo Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Créditos com Pacientes Particulares	880.994,87	2.095.809,44
Créditos com Pacientes Convênios	21.655.846,15	10.392.259,17
Créditos de Pacientes do SUS	5.786.407,44	5.411.527,23
(-) Perdas Estimadas de Créditos	(791.820,00)	(3.594.473,34)
	27.531.428,46	14.305.122,50
Direitos a Faturar - CPC 47 (*)	7.174.064,32	4.345.910,32
	34.705.492,78	18.651.032,82

Ativo Não Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Crédito com Pacientes – Longo Prazo	2.363.578,42	-
(-) Perdas Estimadas de Créditos	(2.102.246,81)	-
Subtotal	261.331,61	-
Depósitos Judiciais	1.431.410,84	1.525.652,51
	1.692.742,45	1.525.652,51

As Perdas Estimadas de Créditos foram avaliadas por vencimento e consideradas suficientes pela administração.

Os Direitos a Faturar (CPC 47) se referem à produção em 2021 cujas contas de pacientes sofrerão o efetivo faturamento na próxima competência.

Em 2021, foram reclassificados valores a receber a longo prazo para as contas de Créditos com Pacientes – Longo Prazo, sendo que o valor líquido após deduzidas as Perdas Estimadas de Créditos resulta em R\$261.331,61.

5. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Créditos de Funcionários	458.306,40	508.803,88
Empréstimos de Materiais e Medicamentos	-	1.365,28
Outros Créditos	40.000,00	43.095,84
	498.306,40	553.265,00

6. ESTOQUES

Estoques	31/12/2021	31/12/2020
Drogas e Medicamentos	2.158.618,54	1.793.322,06
Materiais de uso paciente	2.038.638,76	1.333.302,90
Gêneros Alimentícios	31.177,50	30.996,42
Produtos de Limpeza	65.126,26	42.516,94
Impressos Mat. de Expediente	22.996,01	23.975,86
Materiais de Laboratório	136.371,83	82.615,40
Materiais Especiais	224.914,11	217.851,65
Outros Materiais	620.665,59	1.246.602,94
	5.298.508,60	4.771.184,17

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL – GESTÃO PÚBLICA

Imobilizado – Gestão Pública	31/12/2020	Adições	Reclassificações	Baixas	31/12/2021	Taxa de Depreciação
Benfeitorias Imóveis de 3ºs.	29.682.099,89	-	-	-	29.682.099,89	4% a.a.
Móveis e Máquinas	14.570.488,82	400.942,27	(2.578.003,10)	(231.800,10)	12.161.627,89	10% a.a.
Apar. e Instr. de Med. e Cirurgia	16.316.842,45	525.878,77	2.372.522,76	(883.598,76)	18.331.645,22	20% a.a.
Equip. de Proc. Dados	2.071.541,22	122.841,29	4.160,74	(33.079,02)	2.165.464,23	20% a.a.
Equip. de Laboratório	146.679,65	972,90	32.014,25	-	179.666,80	20% a.a.
Instalações	1.241.551,14	-	13.935,00	-	1.255.486,14	10% a.a.
Biblioteca	27.609,38	-	-	-	27.609,38	10% a.a.
Móv, Maq, Equip T.A. 02/2020	537.685,37	-	-	-	537.685,37	10% a.a.
Outras Imobilizações	660.799,68	114.951,72	131.582,25	(205.966,39)	701.367,26	10% a.a.
Veículos	80.900,00	-	-	-	80.900,00	20% a.a.
Total	65.336.197,60	1.165.586,95	(23.788,10)	(1.354.444,27)	65.123.552,18	
(-) Depreciação acumulada	(41.990.579,39)	(3.953.660,58)	23.788,10	1.321.898,32	(44.598.553,55)	
(=) Imobilizado – líquido	23.345.618,21	(2.788.073,63)	0,00	(32.545,95)	20.524.998,63	

Intangível – Gestão Pública	31/12/2020	Adições	Reclassif	Baixas	31/12/2021	Taxa de Depreciação
Software	1.177.021,78	48.027,82	23.788,10	0,00	1.248.837,70	20% a.a.
(-) Amortização acumulada	(889.638,42)	(106.415,50)	(23.788,10)	0,01	(1.019.842,01)	
(=) Intangível - líquido	287.383,36	(58.387,68)	0,00	0,01	228.995,69	

8. FORNECEDORES

Fornecedores	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	3.075.683,11	3.053.984,51
Fornecedores de Serviços Médicos	131.277,42	266.648,11
Fornecedores de Serviços Diversos	430.714,41	241.863,13
Fornecedores de Imobilizado	70.960,89	127.769,33
Fornecedores de Materiais Especiais	4.758.448,03	3.572.226,68
Fornecedores de Materiais Diversos	1.798.568,18	1.204.486,32
Fornecedores	10.265.652,04	8.466.978,08

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Obrigações – Saúde	31/12/2021	31/12/2020
Ordenados a Pagar	3.627.058,90	3.232.021,09
Provisão de Férias e Encargos	6.459.672,57	6.667.618,93
Obrigações Trabalhistas	10.086.731,47	9.899.640,02

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Obrigações – Saúde	31/12/2021	31/12/2020
FGTS a Recolher	567.779,62	506.258,72
INSS a Recolher	311.845,43	366.693,98
INSS a Recolher de Terceiros	18.338,11	18.433,40
Outras Obrigações Sociais	494,70	460,80
Obrigações Sociais	898.457,86	891.846,90

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Obrigações – Saúde	31/12/2021	31/12/2020
IRRF a Recolher	664.348,95	547.164,73
IRRF a Recolher de Terceiros	60.087,21	56.644,26
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	193.752,92	187.835,55
ISS na Fonte a Recolher	86.967,83	76.371,90
Obrigações Fiscais	1.005.156,91	868.016,44

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações – Saúde	31/12/2021	31/12/2020
Honorários Médicos a Pagar	6.205.912,83	5.629.291,52
Contas a Pagar	1.895.236,31	1.530.922,48
Empréstimos a Repassar	46.271,61	74.779,07
Outras Obrigações	566.694,64	346.540,43
Outras Obrigações – Circulante	8.714.115,39	7.581.533,50

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A administração do Hospital efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que possam surgir no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão de acordo com os critérios determinados pela administração, incluindo bases históricas.

Para fins de divulgação, os riscos de perda provável e possível correspondem a:

Parecer Jurídico - Processos Judiciais		
Risco de Perda	R\$	Situação
Risco Provável	8.833.190,12	Registrado
Risco Possível	9.514.554,74	Divulgação

14. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

O Hospital mantém controles que demonstram no exercício de 2021 o cumprimento do percentual de 75,54% de atendimento à pacientes do SUS, medido por paciente-dia, cumprindo o determinado pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010 e Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS e Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016 que dispõem sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE):

Entidade:	SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO			
	SISTEMA AIH/CIHA - 2021			
MÊS	AIH - SUS E GRATUITOS	CIH	TOTAL MENSAL	%SUS
Janeiro	4.072	1.200	5.272	77,24%
Fevereiro	4.426	1.722	6.148	71,99%
Março	4.633	1.540	6.173	75,05%
Abril	4.521	1.475	5.996	75,40%
Maio	4.740	1.628	6.368	74,43%
Junho	4.592	1.366	5.958	77,07%
Julho	4.631	1.293	5.924	78,17%
Agosto	4.556	1.576	6.132	74,30%
Setembro	4.507	1.281	5.788	77,87%
Outubro	5.040	2.175	7.215	69,85%
Novembro	5.007	1.141	6.148	81,44%
Dezembro	4.734	1.565	6.299	75,15%
Total Geral	55.459	17.962	73.421	75,54%

Em atendimento às normas específicas que regem as entidades assistenciais de saúde, a demonstração de resultados reflete também os seguintes dados:

Gratuidades: representa o total de recursos aplicado no ano no atendimento à população em geral. A apuração do montante contabilizado reflete o custo efetivo dos pacientes atendidos através do SUS – Sistema Único de Saúde. Durante o ano de 2021 o montante foi de R\$ 66.523.016,63 (em 2020 foi de R\$ 61.648.343,65).

Demonstrativo das Receitas na Área da Saúde		
Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receitas do Contrato de Convênio	64.740.985,00	69.857.748,00
Receitas do SUS	70.314.938,24	64.334.708,49
Receitas Convênios / Particulares	90.665.069,33	57.647.955,66
Receitas com Direitos a Faturar	2.828.154,00	4.345.910,32
Receitas Subvenções e Rendimentos s/Aplicação Financeira	6.877.050,88	3.787.579,09
(-) Glosas – SUS / Convênios	(8.696.368,70)	(5.226.751,66)
Doações	3.315.738,93	5.989.919,79
Receitas Financeiras	389.757,35	372.276,14
Outras Receitas Operacionais	762.561,81	2.103.426,12
Total	231.197.886,84	203.212.771,95
Gratuidades em Serviços de Saúde	66.523.016,63	61.648.343,65

Isenções das Contribuições Previdenciárias/Sociais: representa o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício, que não foram pagas devido ao usufruto da isenção a que fazem jus as entidades filantrópicas, conforme a Lei nº 12.101 de 27/11/2009, Decretos nº 7.237/2010 de 20/07/2010 e nº 7.300/2010 de 14/09/2010, estando assim compostas:

Isenções Usufruídas	31/12/2021	31/12/2020
INSS – Quota Patronal	16.525.229,31	15.036.417,74
COFINS	9.247.915,47	8.128.510,88
CSLL	808.725,32	448.169,04
Total	26.581.870,10	23.613.097,66

15. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Entidade é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social na área da saúde – CEBAS/Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde conforme Portaria MS nº 622, de 05 de julho de 2012.

O Processo de renovação nº 25000.178642/2015-39 do certificado da entidade encontra-se em análise no Ministério da Saúde, órgão responsável pela análise e a decisão dos requerimentos de concessão ou de renovação dos Certificados das Entidades Beneficentes de Assistência Social que prestam serviços na área da saúde, considerando a competência conferida ao Ministério da Saúde pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Bem como, foi protocolado em 17 de fevereiro de 2020, tempestivamente, o processo de renovação nº 25000.023037/2020-99, também sob análise, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, que estabelece: ***"A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado"***.

16. RECEITAS COM SUBVENÇÕES

Em 2021, a Entidade recebeu portarias no valor total de R\$6.816.000,00. Os repasses acrescidos de rendimentos sobre aplicações financeiras (R\$61.050,88) totalizaram R\$6.877.050,88 e foram aplicados no controle do avanço da pandemia da COVID 19.

As subvenções foram segregadas em dois tipos de documentação: termos aditivos da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo e Portarias Federais, conforme apresentado a seguir:

16.1 - Subvenções - Termos aditivos nºs 02, 03 e 04/2021

Em 2021, a Entidade recebeu os seguintes termos aditivos da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo:

- Termo Aditivo nº 02/2021 no valor de R\$ 960.000,00 visando a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, nos termos da Portaria GM/MS nº 478/21 de 17/03/2021 (custeio de 20 Leitos). Recurso recebido em 10/08/2021;
- Termo Aditivo nº 03/2021 no valor de R\$ 960.000,00 visando a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, nos termos da Portaria GM/MS nº 897/2021 de 05/05/2021 (custeio de 20 Leitos). Recurso recebido em 10/08/2021;
- Termo Aditivo nº 04/2021 no valor de R\$ 960.000,00 visando a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, nos termos da Portaria GM/MS nº 947/2021 de 11/05/2021 (custeio de 20 Leitos). Recurso recebido em 10/08/2021;

- Termo Aditivo nº 04/2021 no valor de R\$ 192.000,00 visando a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, nos termos da Portaria GM/MS nº 1.059/2021 de 24/05/21 (custeio de 04 Leitos). Recurso recebido em 10/08/2021.

O recurso financeiro para custeio de leitos foi integralmente aplicado na atenção à saúde para o controle da pandemia da COVID-19, com destinação para a aquisição de materiais e medicamentos e, ainda, com a contratação e o pagamento dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

O repasse recebido acrescido aos rendimentos sobre aplicações financeiras (R\$29.235,84) totalizou R\$3.101.235,84, sendo que a aplicação dos recursos foi integral, conforme quadro a seguir:

(=)	Repasse T.A. 02, 03 e 04/2021	R\$ 3.072.000,00
(+)	Rendimentos s/Aplicações Financeiras	R\$ 29.235,84
(=)	Total	R\$ 3.101.235,84
(-)	Aplicação dos Recursos em 2021	R\$ 3.101.235,84
(=)	Saldo a utilizar no exercício seguinte	R\$ 0,00

16.2 - Subvenções - Portarias Federais em 2021

Em 2021 a Entidade recebeu verbas conforme as seguintes portarias:

- Portaria GM/MS nº 3.445/20 de 16/12/20 (custeio de 10 Leitos) no valor de R\$480.000,00 por três meses, totalizando R\$1.440.000,00. Esta portaria habilita leitos de Unidades de terapia intensiva - UTI adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios. Recurso recebido em 17/01/2021;
- Portaria GM/MS nº 1.453/2021 de 29/06/2021 (custeio de 24 Leitos) no valor de R\$1.152.000,00 visando a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. Recurso recebido em 17/08/2021;
- Portaria GM/MS nº 1.966/2021 de 13/08/2021 (custeio de 24 Leitos) no valor de R\$1.152.000,00 visando a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. Recurso recebido em 04/10/2021.

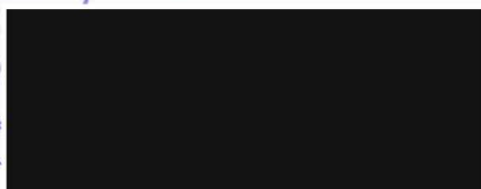
O recurso financeiro para custeio de leitos foi integralmente aplicado na atenção à saúde para o controle da pandemia da COVID-19, com destinação para a aquisição de materiais e medicamentos e, ainda, com a contratação e o pagamento dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

O repasse recebido acrescido aos rendimentos sobre aplicações financeiras (R\$31.815,04) totalizou R\$3.775.815,04 sendo que a aplicação dos recursos foi de R\$2.706.500,27, restando R\$1.069.314,77 em conta bancária de investimentos a ser utilizado no exercício seguinte, conforme quadro abaixo:

(=)	Repasse conforme Portarias Covid 19	R\$ 3.744.000,00
(+)	Rendimentos s/Aplicações Financeiras	R\$ 31.815,04
(=)	Total	R\$ 3.775.815,04
(-)	Aplicação dos Recursos em 2021	R\$ 2.706.500,27
(=)	Saldo a utilizar no exercício seguinte	R\$ 1.069.314,77

17. RECEITAS OPERACIONAIS

O Hospital Regional do Vale do Paraíba demonstra e apresenta para a Secretaria de Estado da Saúde o Relatório trimestral sobre a posição contabilizada das receitas procedentes de serviços alheios ao presente instrumento:



17 RECEITAS OPERACIONAIS 2021 (Receitas Alheias)													
ANO 2021	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre			TOTAL
MESES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
DEMAIS RECEITAS	5.666.833,94	8.451.761,95	5.580.905,31	7.298.629,54	7.733.989,37	9.419.203,93	7.559.711,23	7.350.623,72	8.147.069,20	8.551.190,52	10.848.498,35	9.903.941,89	96.512.358,95
Particulares	119.234,20	273.051,79	94.391,58	84.761,10	114.357,15	222.703,18	196.988,77	162.887,08	109.590,13	102.918,89	148.686,30	264.442,96	1.894.013,13
Convênios Privados (-) Glosas	5.285.539,76	7.964.285,93	5.422.469,70	7.199.688,27	6.820.845,20	8.759.531,16	6.985.551,09	7.151.103,69	7.801.426,97	7.710.583,36	10.566.058,91	9.635.522,85	91.302.606,89
Doações Mat. Med. Imob.	262.059,98	214.424,23	64.044,03	14.180,17	798.787,02	436.969,59	377.171,37	36.632,95	236.052,10	737.688,27	133.753,14	3.976,08	3.315.738,93
RECEITAS DIVERSAS	48.877,01	40.071,40	62.996,62	56.934,19	59.644,45	39.205,07	81.157,08	46.740,71	32.474,64	64.950,41	113.046,56	116.463,67	762.561,81
Ganhos de Capital	-	-	-	-	-	-	11.973,68	-	-	4.448,42	50.298,77	17.529,32	84.250,19
Recuperações Diversas	17.028,39	20.229,48	40.700,90	19.254,84	19.329,98	19.505,33	14.475,16	23.687,17	7.973,01	18.005,74	32.129,42	65.946,84	298.266,26
Outras Receitas Diversas	6.225,50	4.425,33	7.135,66	11.078,79	25.247,63	4.699,74	39.697,24	8.045,71	9.072,95	27.304,49	14.598,85	17.987,51	175.519,40
Glosas Recuperadas	10.623,12	416,59	160,06	11.600,56	66,84	-	11,00	7,83	428,68	191,76	1.019,52	-	24.525,96
Convenio com UNITAU	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	180.000,00
RECEITAS FINANCEIRAS	5.326,85	8.371,28	19.509,45	22.349,76	20.476,30	25.452,96	30.834,63	45.552,48	37.208,85	40.397,96	58.253,12	76.023,71	389.757,35
Rendimentos de Aplicações	3.724,22	5.705,08	6.647,70	18.749,24	18.259,37	22.060,40	30.379,08	41.352,98	36.884,20	36.570,00	56.088,77	72.344,15	348.765,19
Juros e Correções Mon.		876,42	2.231,66	2.630,32	931,43	797,17	418,73	331,59	301,62	2.118,04	811,74	2.130,72	13.579,44
Descontos Obtidos	1.602,63	1.789,78	10.630,09	970,20	1.285,50	2.595,39	36,82	3.867,91	23,03	1.709,92	1.352,61	1.548,84	27.412,72
TOTAL POR MÊS	5.721.037,80	8.500.204,63	5.663.411,38	7.377.913,49	7.814.110,12	9.483.861,96	7.671.702,94	7.442.916,91	8.216.752,69	8.656.538,89	11.019.798,03	10.096.429,27	97.664.678,11
TOTAL POR TRIMESTRE	19.884.653,81			24.675.885,57			23.331.372,54			29.772.766,19			

18 APLICAÇÕES DE RECURSOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

19 COBERTURA DE SEGUROS (Não auditado)

Para atender medidas preventivas a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dadas sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

20 COMPROMISSOS

No encerramento do exercício de 2021 a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.

